

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* J73 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/0001-13

Tel: í84\ 3476-0014

E-mail: santanad‹›scrid‹›.m ‹f lJ‹1tinüil.ct»1J

**MENSAGEM** JUSTIFICATIVA AO **PROJETO DE LEI** N° **10/2022**

Exm.° Sr.

###### Juarez Bezerra de Azevedo

Presidente da Câmara Municipal de Santana do Seridó/RN.

A Lei 335/2004 foi elaborada com a finalidade de criar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente — FIA do Municipio de Santana do Seridó/RN.

No entanto, em decorrência de alterações legislativas em âmbito nacional, bem como no intuito de melhorar a administração da Politica Municipal de atendimento as crianças do município de Santana do Seridó e ainda, regularizar situações ocorridas no cotidiano do funcionamento de atuação do Conselho Tutelar local, todas as alterações suscitadas no presente projeto contribuirão para um trabalho mais eficiente, transparente e regularizado no tange ao Sistema de Garantia de Direitos do município, além de prevenir possíveis problemas para os Conselheiros Tutelares e/ou a Administração.

Em resumo, as alterações seguem os parâmetros de leis e regulamentações para um bom funcionamento do órgão em conjunto com a administração pública que segue os princípios da legalidade devendo toda a conduta da Administração Pública basear-se-á em lei.

Diante do exposto, na certeza de que o presente Projeto de Lei seja aprovado pelos nobres vereadores, agradecemos antecipadamente.

Santana do Seridó/RN, 19 de julho de 2022.



DSON&EREIRA DE BRITO

Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* 173 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/000J-J3

Tel: t84J 3476-0014

E-meil: sanlanadc›scriiio.rn ‹i 1+o1inail.corri

**PROJETO DE LEI N• 010, de 19 de Julho de 2022.**

**Dispôe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, revoga a Lei** N° 335 de 25 de agosto de 2004 que **cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Fundo Municipal dos Direitos** da **Criança e do Adolescente** - **FIA no âmbito do Município de Santana do Seridó/RN e dá outras providências.**

##### TÍTULO I

 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1•. Esta Lei dispõe sobre a POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito do Município de Santana do Seridó/RN, far-se-á através de:

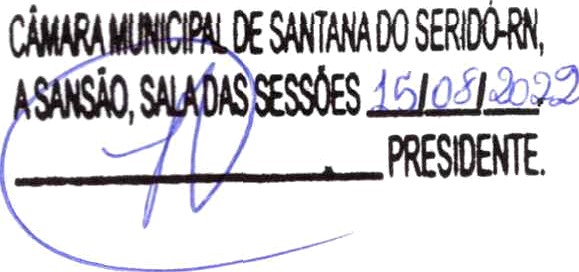
1. - Políticas sociais básicas de saúde, alimentação, educação, assistência social, cultura, esportes, lazer, profissionalização, convivência familiar e comunitária e de proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
2. - Políticas e programas, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem. III - Serviços especiais, nos termos desta lei.

§ 1º. É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município de Santana do Seridó/RN, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º. O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para crianças e adolescentes.

Art. 3º. São os órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

çyj!jg |,ç,yçyg gy \j:i',j,lyfij ,\*íiii•-?J?, ktypggB0YygEy u 1l.Ê'Fó\*''9‘ rúj ‹\*«›\*›\*\*'\*+ \*'°\*^°

**ESTADO DO** RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL **DE SANTANA DO** SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* 173 CNPJ: 08.088.247/0001-13 Tel: t84J 3476-0014

CENTRO

CEP:59.350-000

E-mail: santanadc› •cridc›.rn if I ‹›tinaiI.c‹›n\

Il - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; III - Conselho Tutelar.

Art. 4•. O Município poderá criar os programas e serviços a que aludem os Incisos ll e III do artigo 2o, ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1°. Os programas serão classificados como de prevenção, proteção ou socioeducativos e destinar-se-ão a:



1. Orientação e apoio sociofamiliar;
2. Apoio socioeducativo em meio aberto;
3. Colocação familiar;
4. Acolhimento institucional;
5. Liberdade assistida;

f} Prestação de serviço *à* comunidade;

1. Semiliberdade;
2. Internação.

§2°. Os serviços especiais visam a:

1. Prevenção e atendimento biopsicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
2. Identificação e localização dos pais, crianças e adolescentes desaparecidos;
3. Proteção jurídico-social.

#### TÍTULO II

**DO CONSELHO** MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### CAPÍTULO I

DA FORMAÇÃO DO **CONSELHO**

 0



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* J73 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/000J-J3

Tem t84) 3476-0014

E-mail: santanaduscrido.rn ‹i hotmail.ct›iu

Art. 5º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), é órgão deliberativo, normativo, formulador e controlador da política de atendimento à infância e à adolescência, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social é composto por 6 (seis) membros titulares, com igual número de suplentes, sendo:

1. 03 representantes de órgãos públicos, designados pelo (a) Prefeito (a) Municipal.
2. 03 (três) representações da sociedade civil que comprovem atuação ou participação nas políticas públicas relacionadas à infância e adolescência;

§ 1º. Os conselheiros representantes do Poder Executivo Municipal serão nomeados  pelo Prefeito dentre as pessoas com poder de decisão no âmbito da respectiva área,

no prazo de 30 dias contados da solicitação encaminhada pelo CMDCA.

§ 2º. Os representantes das entidades não governamentais e sociedade civil organizada serão eleitos no prazo de 30 dias contados da solicitação do CMDCA em Assembleia Geral convocada por Fórum Municipal da Sociedade Civil (Fórum DCA), que congregue as entidades de defesa e atendimento da criança e do adolescente e sociedade civil organizada, nos termos e mediante edital a ser elaborado pelo CMDCA.

§3°. Todas as entidades ou sociedade civil organizada com direito a voto que quiserem apresentar candidato ao Conselho na assembleia geral, encaminharão ao Fórum Municipal da Sociedade Civil (Fórum DCA) o nome deste bem como do suplente, com antecedência mínima de dois dias.

§ 4º. Para a renovação dos mandatos dos conselheiros indicados pelas entidades não-governamentais, observarão o seguinte:

1. Poderão indicar representantes todas as entidades com reconhecida atuação no município de Santana do Seridó/RN, na defesa, atendimento e promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente;
2. Nos 3 (três) meses anteriores ao encerramento do mandato dos conselheiros representantes das entidades não governamentais e governamentais, o Conselho abrirá prazo para que as entidades indiquem seus representantes, em número de dois titulares e suplentes, através de edital afixado em locais movimentados do Município, podendo também ser publicado em jornal de circulação local;

§ 5º. A designação de membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

 0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* J73 CNPJ: 08.088.247/0001-13 Tel: í84J 3476-0014

CENTRO

CEP:59.350-000

E-mail: santanadc›scriJ‹›.rn’rf I\‹›tmaiI.c‹›m

§ 6º. Os conselheiros representantes da sociedade civil e governo exerceram mandato de dois anos, admitindo-se apenas uma única recondução.

§ 7º. A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 8º. A nomeação e posse dos membros do Conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecidos aos critérios de escolha previstos desta Lei.

Art. 6•. A nomeação e posse dos Conselheiros (as) indicados pelo chefe do executivo municipal e dos conselheiros (as) eleitos (as) pelo Fórum DCA será de competência do Prefeito Municipal.



Art. 7•. Os membros do Conselho de Direitos exercerão mandato de 02 (dois) anos, permitindo uma reeleição.

Art. 8º. Nas ausências e nos impedimentos dos Conselheiros Titulares, estes serões substituídos por seus suplentes.

##### CAPÍTULO II

###### DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 9•. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

1. - Formular a política municipal de promoção, proteção, defesa e atendimento aos direitos da criança e do adolescente;
2. - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Município, indicando as modificações necessárias à consecução da política formulada;
3. - Estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos públicos municipais destinados ao atendimento de crianças e adolescentes;
4. - Decidir sobre a concessão de auxílios e subvenções a entidades sem fins lucrativos, atuantes no atendimento ou defesa dos direitos da criança e do adolescente;
5. - Avocar, quando necessário, controle das ações de execução da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis;

•‹ “



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN AV. ZEZÉ APRÍGIO. N\* 173 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/0001-13

Tet: f84J 3476-0014

E-mail: sanlanad‹›scriJ‹›.riz ‹/ ht›lmail.c‹›n›

XIX — Regulamentar, organizar, coordenar, bem como, adotar as providências para eleição e posse dos membros do Conselho Tutelar.

###### CAPÍTULO III

**DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Art. 10. O Conselho Municipal manterá uma Secretaria Executiva, destinada ao suporte administrativo, necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de

 instalações e servidores cedidos pelo Governo Municipal, quando necessário.

Art. 11. O Presidente, o Vice-Presidente e 1º Secretário serão eleitos, em sessão com quórum mínimo de 2/3 (dois terços), pelos próprios integrantes do CMDCA.

Art. 12. Caberá ao Poder Público Municipal o fornecimento de apoio técnico, material e administrativo para o funcionamento do colegiado.

Art. 13. É facultado ao Conselho a requisição de servidores públicos, vinculados aos órgãos que o compõe, para formação de equipe técnica e de apoio administrativo necessário à consecução de seus objetivos.

Art. 14. O desempenho da função de membro do CMDCA não tem qualquer remuneração, sendo considerado de interesse público relevante e de exercício prioritário, justificada a ausência a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 15. As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão devidamente disciplinadas pelo seu regimento interno.

###### TÍTULO III

**DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

###### CAPÍTULO I

**DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO**

Art. 16. Fica mantido o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ **APRÍGIO, N\* 173** - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/0001-13

Te1: í84J 3476-0014

E-mail: saMtanaJc›scrid‹›.m’‹f li‹›tmail.c‹›n\

1. - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes;
2. - Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação dos programas e serviços a que se referem o Art. 2o, desta Lei, bem como sobre a criação de entidades governamentais ou a realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;
3. - Proceder a inscrição dos programas de entidades governamentais e não governamentais, especificando os regimes de atendimento, na forma da Lei Federal

n. 8.069/1990 mantendo o registro e suas alterações, do que será comunicado o Conselho Tutelar e à Autoridade Judiciária.



1. - Incentivar e apoiar a realização de eventos, diagnósticos, estudos e pesquisas no campo de promoção, proteção e defesa de crianças e adolescentes;
2. - Promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando atender a seus objetivos;
3. - Pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;
4. - Aprovar de acordo com os critérios estabelecidos em seu Resolução, o registro de entidades de defesa ou de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes;
5. - Receber petições, denúncias, reclamações, representações, ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;
6. - Definir a política de captação, administração, controle e aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, gerindo, aprovando planos de aplicação, prestando contas na forma da legislação em vigor, acompanhando e fiscalizando sua execução;
7. - Apoiar a implementação de sistemas municipais de controle e monitoramento das situações de violação e ameaça aos direitos da criança e do adolescente estimulando a parceria entre organizações governamentais e não-governamentais;
8. - Emitir resoluções visando a execução de suas deliberações;
9. - Instaurar processo administrativo disciplinar para apuração de irregularidade no exercício da função de Conselheiro Tutelar, nos termos desta lei;
10. - Alterar seu regimento interno, o qual entrará em vigor após a aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros;

*e'”“••*

'Ü



**ESTADO DO** RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA **MUNICIPAL DE** SANTANA DO SERIDÓ-RN AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* 173 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ- 08.088.247/000J-J3

Tel: t84J 3476-0014

E-mail: sanlanadciscrido.rn ‹i li‹iiinui1.c‹›iii

(FIA), como órgão captador e destinador dos recursos financeiros a serem utilizados no desenvolvimento das ações e segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo a Secretária Municipal de Assistência Social e o Secretário de Finanças ordenador das despesas.

Art. 17. Os recursos do Fundo serão geridos segundo o Plano de Aplicação contido na Lei Municipal de Orçamento Anual, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, elaborados conforme o Plano Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente.

CAPÍTULO II

DA OPERACIONALIDADE DO FUNDO, DA VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA E DA COMPETÊNCIA

Art. 18. O Fundo estará vinculado operacionalmente a Secretaria Municipal de Assistência Social e, politicamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador das ações da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente em todos os níveis.

Art. 19. Cabe à Secretaria Municipal de Finanças do Município a administração e o registro dos atos e fatos contábeis referentes ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 20. Compete ao órgão administrativo do Fundo:

í - Registrar os recursos orçamentários próprios do município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado e União;

1. - Registrar os recursos captados pelo município, através de convênios ou por doação ao Fundo;
2. - Fazer cumprir os parâmetros técnicos e as diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo conforme o estabelecido pelo CMDCA;
3. - Aplicar no mercado financeiro os recursos do Fundo, enquanto não comprometidos com a aplicação em programas e ou projetos;
4. - Apresentar mensalmente ao CMDCA:
5. o resultado da aplicação financeira dos recursos do Fundo, enquanto não destinados a aplicação em programas e projetos;

a’°““a

-t...„.





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* 173 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ- 08.088.247/0001-13

Tel: t84J 3476-0014

E-mail: saritanadoscridt›.rn ‹i hoimail.corri

1. os balancetes mensais e o balanço anual do FIA e outros documentos relativos ao cumprimento da política municipal dos direitos da criança e do adolescente;
2. o relatório físico financeiro da execução do plano de trabalho anual dos programas e ou projetos custeados pelo FMDCA, considerando-se a relação custo- benefício e a avaliação de resultados dos mesmos;

Vl - Emitir pareceres sobre matérias de interesse do Conselho, bem como constituir comissões de assessoramento ou grupos técnicos para tratar de assuntos específicos, solicitados pelo mesmo;

1. - aplicar as normas e procedimentos operacionais do FIA, estabelecidos pelo CMDCA;
2. - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no município, nos termos das Resoluções do CMDCA;
3. - liberar os recursos a serem aplicados em benefício da criança e do adolescente, nos termos das resoluções do CMDCA;
4. - outras competências estabelecidas pelo CMDCA.

##### CAPÍTULO III

###### DOS RECURSOS FINANCEIRO

Art. 21. Constituirão receitas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

1. - Dotação consignada anualmente no orçamento do Município, para assistência que lhe sejam destinadas.
2. - Doações de contribuições dedutíveis na declaração de imposto de renda ou incentivos governamentais, conforme previstos em lei;
3. - Doações em dinheiro de pessoas físicas e jurídicas, conforme o disposto no artigo 260 da Lei Federal no 8.069/1990 e legislação em vigor,
4. - Transferência de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
5. - Doações e auxílios, contribuições e transferências de entidade nacionais, internacionais, governamentais ou não governamentais;
6. — Outros recursos legalmente constituídos.



0



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN **AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\*** 173 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/0001-13

Tel: (84a 3476-0014

E-mail: sanlanaJc›scridt›.rn ‹i I ‹›tnJaiI.c‹›i1z

**Parágrafo único.** As receitas do Fundo descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente na conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 22. A movimentação e aplicação dos recursos do Fundo dependem de autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, objetivando atender:

1. - Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
2. - Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no artigo 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e da Lei Federal n° 8.069/1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;
3. - Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
4. - Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
5. - Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e
6. - Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 23. Fica vedado a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que nâo se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 24. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá chancelar projetos mediante edital específico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* 173 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/0001-13

Tel: t84J 3476-00\4

E-mail: santanad‹›scrido.rn ‹i liiHrnail.ctiiii

§ 1º. A chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente destinados a projetos aprovados pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2o. Dos recursos captados pelas entidades, 10% (dez por cento) de cada chancela serão destinados ao Fundo Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 25. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá elaborar o Plano de Aplicação dos recursos captados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá obedecer aos objetivos e finalidades estabelecidos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA.



###### TITULO IV

**DO CONSELHO TUTELAR**

###### CAPÍTULO I

**DA MANUTENÇÀO E COMPOSIŞÃO**

Art. 26. Fica mantido o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão permanente, autônomo e não-jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 27. O Poder Público Municipal, de comum acordo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, providenciará local adequado, mobiliários e todos os recursos materiais e humanos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Constará na Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao seu funcionamento.

Art. 28. O Conselho Tutelar será composto de cinco membros titulares, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução, mediante novo processo de escolha.

###### CAPÍTULO II

**DA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* 173 - CENTRO - CEP:59.350-000

CNPJ: 08.088.247/O001H3

Tel: t84f 3476-0014

E-mail: santanaJc›scrid‹›.rn ‹f I ‹›tn1‹til.c‹›l1\

SEÇÃO I

Disposições **Gerais**

Art. 29. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será definido por Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e realizado sob sua supervisão e fiscalização do Ministério Público, obedecendo às regras estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, prover a composição da nominata dos candidatos, prazo e condições de registro, modo e prazo para impugnação, processo eleitoral e proclamação dos eleitos.

§ 2o. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 3º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 4º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 30. Os membros do Conselho Tutelar serão eleitos em sufrágio universal, direto, pelo voto facultativo e secreto de cidadãos com domicilio eleitoral no município, que poderá votar em até 05 (cinco) candidatos.

Art. 31. Seis meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar, o Presidente do CMDCA fará publicar Edital de Convocação da Eleição, fixando sua data e abrindo prazo para inscrição de candidatos.

SEÇÃO II

Dos **requisitos, dos registros e das** impugnações

Art. 32. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos:

I - Reconhecida idoneidade moral;

ll - Idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;

x’•““a



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO. N\* 173 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/000i-13

Tel: t84J M76-00J4

E-mail: santanadc›scriJ‹›.rn « l\‹›tmaiI.c‹›m

1. - Residir no município;
2. - Escolaridade de, no mínimo, ensino médio completo;
3. - Estar no gozo dos direitos políticos e não exercer cargo ou função em agremiação político-partidária;
4. - Submeter-se a uma prova de conhecimento, de caráter eliminatório, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a ser formulada pela comissão eleitoral designada pelo CMDCA, com a fiscalização do Ministério Público.
5. - Outros requisitos norteados por edital específico, desde que não restrinja o direito à ampla concorrência.

Parágrafo único. os Conselheiros Tutelares, no interesse do serviço público e no exercicio de suas atribuições, poderão dirigir veículos automotores da frota municipal, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação e devidamente autorizados pelo executivo municipal.

Art. 33. Os candidatos a membros do Conselho Tutelar deverão efetuar o registro de suas candidaturas junto ao CMDCA, nos termos do Edital de convocação.

Art. 34. Encerrado o prazo de inscrição, o Presidente do CMDCA fará publicar o Edital com a relação dos inscritos, abrindo prazo de cinco dias para impugnações a partir da publicação.

§ 1º. A impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção da criança ou adolescente.

§ 2º. Simultaneamente à publicação, abrir-se-á vista ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, de todos os requerimentos de inscrição para fiscalização de que trata o artigo 139 da Lei Federal n° 8.069/1990, podendo apresentar impugnações.

Art. 35. Havendo impugnação o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa em prazo a ser definido pelo CMDCA.

Art. 36. Encerrados os prazos de inscrição e impugnação, uma Comissão especial do CMDCA analisará os pedidos de inscrição, inclusive as impugnações e defesas, se houverem, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* J73 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/0001- 3

Tel: (84) 3476-0014

E-mail: santanadc›scrido.rn ‹i hotmail.ctirn

##### Art. 37. Ao apreciar finalmente os pedidos, o Colegiado do CMDCA mencionará as razões no caso de indeferimento de inscrição, mandando publicar Edital com as candidaturas deferidas e notificando as indeferidas aos seus autores, com cópia ao Ministério Público.

**Parágrafo único.** Das decisões indeferidas e candidaturas caberá recurso administrativo ao próprio CMDCA.

Art. 38. Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, o CMDCA deverá examinar a idoneidade moral do candidato em declarações, atestados ou certidões formais, mas também em quaisquer outros meios de prova em direito admitidos como documentos, testemunhos, perícias e outros, podendo determinar as diligências necessárias para elucidar aspecto relevante.

##### SEÇÃO III

Da eleição, proclamação, diplomação e posse dos eleitos

Art. 39. Concluída a apuração e proclamados os resultados, o Presidente do CMDCA fará publicar Edital com os nomes dos conselheiros titulares e suplentes eleitos, com seus respectivos sufrágios.

§ 1º. Os cinco primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação como suplentes.

§ 2º. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato mais idoso.

Art. 40. Os eleitos serão diplomados pelo Chefe do Executivo Municipal e tomarão posse perante o CMDCA no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores, que ocorrerá em 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

**CAPÍTULO** III

##### DOS CONSELHEIROS TUTELARES

SEÇÃO I

###### Das atribuições dos Conselheiros

“



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

Av. ZEZÉ **APRÍGIO, N\*** 173 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/0001-13

**Tel: t84l 3476-0014**

E-mail: sanianaJuscridc›.rn ‹f lJ‹›tn aii.ctHJ\

Art. 41. Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo das atribuições conferidas no Estatuto da Criança e do Adolescente:

I - Zelar pelos direitos da criança e do adolescente;

Il - Assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária do município para garantia do atendimento integral aos direitos da criança e do adolescente;

III - Exercer, com ética, os princípios da autonomia e permanência de ações, nos termos da legislação federal e, suplementarmente, da legislação municipal.

##### SEÇÃO II

* + Das garantias **dos Conselheiros**

Art. 42. O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral, e submeterá seu titular a carga horária semanal e demais condições estabelecidas nesta lei.

§ 1º. Os conselheiros tutelares terão vínculo eletivo com o município, não estando submetido ao regime jurídico dos servidores públicos municipal.

§ 2o. Para fins previdenciários, aplica-se ao Conselho Tutelar aos dispositivos do regime geral de previdência social.

§ 3º. O servidor público municipal que vier exercer mandato de Conselheiro Tutelar ficará licenciado do seu cargo, emprego ou função, podendo optar pela respectiva remuneração.

Art. 43. A remuneração dos conselheiros tutelares será equivalente ao salário minimo vigente, reajustado anualmente, para o desempenho da carga horária de 40 horas semanais de expediente, das 07 (sete) às 17 (dezessete) horas, de segunda à sexta-feira, com intervalo entre 11 (onze) e 13 (treze) horas.

§ 1º. Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, o exercício do mandato de Conselheiro Tutelar exigirá do seu ocupante dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse tutelado por esta lei.

\*. $



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN AV. ZEZÉ **APRÍGIO, N\*** 173 - CENTRO - CEP-59.350-000 CNPJ: 08.088.247/0001-13

Tel: (84) 3476-0014

E-mail: santanaJ‹›scrid‹›.rn ‹/ l›‹›unaiI.c‹›n\

§ 2º. O regimento interno determinará outras diretrizes e critérios de procedimentos das atividades funcionais do Conselho Tutelar.

§ 3º. Os conselheiros tutelares deverão prestar trabalho na forma de sobreaviso, em número de dois conselheiros, nos feriados, pontos facultativos e finais de semana, sempre no horário das 06 (seis) às 18 (dezoito) horas.

§ 4º. O Poder Executivo deverá abonar, na proporção de 1/3 (um terço), as horas cumpridas em jornada de sobreaviso, podendo ser descontadas em horas trabalhadas de segunda à sexta-feira, das 13 (treze) às 17 (dezessete) horas.

§ 5º. O Poder Executivo deverá criar banco de horas para o controle da jornada de trabalho da função de conselheiro tutelar.

Art. 44. São assegurados os direitos sociais de:

1. - Cobertura previdenciária, conforme disposto no artigo 42 § 2º desta lei;
2. - Gozo de férias anuais de 30 (trinta) dias, remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
3. - Licença-maternidade, adotado o regime geral de previdência social, aplicando- se, o plano de benefícios respectivo;
4. - Licença-paternidade, adotado o regime geral de previdência social, aplicando- se, o plano de benefícios respectivo;
5. - Gratificação natalina;

Art. 45. O direito a férias remuneradas e a gratificação natalina, dispostos no artigo 44, ll e V, obedecerão âs seguintes regras:

§ 1º. O conselheiro fará jus a trinta dias de férias a cada doze meses de exercício, que devem ser usufruídas nos doze meses seguintes, mediante a convocação de conselheiro suplente para sua substituição neste período.

§ 2º. As férias proporcionais serão consideradas na proporção de 2,5 (dois e meio) dia por mês de exercício ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

§ 3º. É vedada a conversão em pecúnia das férias anuais, ressalvado o direito a respectiva indenização daquelas pendentes de gozo, integrais ou proporcionais, conforme for o caso, seja no encerramento do mandato ou na renúncia deste.

T ..! $

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* 173 CNPJ: 08.088.247/0001-13 Tel: t84J 3476-0014

CENTRO

CEP:59.350-000

E-mail: sanianadoserido.rn ‹i hotmail.c‹›iu

§ 4º. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o conselheiro fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano, considerando-se a fração igual ou superior a quinze dias como mês integral.

§ 5º. O pagamento da gratificação natalina se dará em 100%, até o dia 20 de dezembro de cada ano.

Art. 46. Os Conselheiros Tutelares poderão receber diárias ou ajuda de custo quando da participação em eventos oficiais de capacitação e nas situações de representação do Conselhos e outras atividades realizadas fora do município.

Art. 47. O mandato do Conselheiro Tutelar será de 4 (quatro) anos, permitida recondução por igual período pelo voto.

Art. 48. Tratando-se os membros do Conselho Tutelar de agentes públicos, eleitos para mandatos temporários, mesmo em casos de recondução, na forma desta lei, ao término de seus mandatos, não adquirem direito a efetivação ou estabilidade, nos quadros da administração pública municipal.

SEÇAO III

###### Dos suplentes

Art. 49. Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do sexto mais votado e tiverem ao menos 01 (um) voto, serão considerados suplentes.

Art. 50. Na hipótese de vacância, afastamento ou de substituição temporária por férias ou outra Iicença do titular, será convocado a assumir o suplente, segundo a ordem de classificação.

Art. 51. Sempre que necessária a convocação de suplente e não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha para preencher o cargo vago e definir novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

Art. 52. Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de: I - Licenças a que fazem jus os titulares;

ll - Férias remuneradas dos titulares;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, Ne 173 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/000›-›3

Tel: í84J 3476-0014

E-mail: santanaJc»cridt›.rn ‹f It‹›lmaiI.c‹›n\

1. - Vacãncia, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.
2. - Nas ausências e impedimentos legais do conselheiro titular, quando superior a 30 (trinta) dias subsequentes.

Art. 53. Durante a substituição temporária, terá o substituto direito à mesma remuneração do substituído e aplicam-se as normas da Administração Pública Municipal.

##### SEÇÃO IV

###### Dos seus impedimentos

Art. 54. São impedidos de servir no mesmo Conselho os cônjuges ou companheiros(as), mesmo que em união estável ou homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**Paràgrafo único.** Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, Foro estadual, regional ou distrital.

SEÇÃO V

Das faltas funcionais

Art. 55. Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:

I - Exercer outra atividade incompatível com o exercício do mandato; Il - Exercer a função abusivamente em benefício próprio;

1. Receber, em função do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos e diligencias;
2. - Ter faltas injustificadas;
3. - Proceder de forma desidiosa;
4. - Não cumprir a carga horária e sobreavisos; VII - Ter conduta moral inidônea;

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO. N\* J73 CNPJ: 08.088.247/0001-f3 Tel: t84J 3476-0014

CENTRO

CEP:59.350-000

E-mail: santanaJuscridu.rn ‹i hulilJail.c‹›m

1. - Romper o sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas, sobre casos analisados pelo Conselho e das quais dispõe somente em virtude da sua função;
2. - Fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;
3. - Abusar da autoridade que Ihe foi conferida, excedendo os justos limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições no Conselho;
4. - Recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete, seja no expediente normal de funcionamento do Conselho Tutelar, seja durante seu turno de plantão ou sobreaviso;
5. — Aplicar medida contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar, e desta forma causando dano, mesmo que somente em potencial, a criança, adolescente ou a seus pais ou responsável;

SEÇÃO VI

###### Do processo diaciplinar e das sanções disciplinares

Art. 56. O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comissão especialmente designada, formada por 01 (um) representante do Executivo Municipal, 02 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um governamental e outro não-governamental e 01 (um) representante do próprio Conselho Tutelar, de todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 57. Os representantes supracitados serão indicados, respectivamente: I - O representante do Executivo, pelo Prefeito Municipal;

1. — O representante governamental do CMDCA, pela maioria dos conselheiros governamentais, e o representante não governamental pela maioria dos conselheiros não governamentais do referido Conselho;
2. - O representante do Conselho Tutelar, pela maioria dos conselheiros tutelares, neste caso estando impedido de votar o indiciado.

Art. 58. Conforme a gravidade do fato e das suas conseqüências e a reincidência ou não, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

ü“ ° • Ê



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* J73 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/0001-13

Tel: í84J 3476-0014

E-mail: santanaüc›scridc›.rn ‹f I ‹›tinaiI.c‹›n\

* 1. - Advertência;
  2. - Suspensão não remunerada de 01 (um) a 90 (noventa) dias; III - Perda do mandato.

Parágrafo único. A penalidade de suspensão não-remunerada poderá ser convertida em multa, na mesma proporção de dias.

Art. 59. O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de prova dos mesmos.

Parágrafo único. Fica assegurado o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao exercício do contraditório, garantida a presença de advogado.

Art. 60. Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será citado pessoalmente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para ser interrogado.

§ 1º. Esquivando-se o indiciado da citação, será o fato declarado por 2 (duas) testemunhas, e dar-se-á prosseguimento ao processo disciplinar à sua revelia. Se o citado, deixar de comparecer, o processo também seguirá.

§ 2º. Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio em que se encontrar.

Art. 61. Após o interrogatório o indiciado será intimado do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de defesa prévia, em que poderá juntar documentos, solicitar diligências e arrolar testemunhas, no número máximo de 03 (três).

Art. 62. Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na denúncia e as de interesse da Comissão, sendo por último as arroladas pela defesa.

**Parágrafo único. O** indiciado será intimado das datas e horários das audiências, podendo se fazer presente e participar.

Art. 63. Concluída a instrução do processo disciplinar, o indiciado será intimado do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa final.





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERlDó-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, N\* 173 - CENTRO - CEP:59.350-000 CNPJ: 08.088.247/0001-13

Tel: í84J 3476-0014

E-mail: santanadc›scrid‹›.rn ‹I h‹›tn1ail.c‹›n1

Parágrafo único. Encerrado o prazo, a Comissão emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 (dez) dias, manifestando-se quanto à procedência ou não da acusação, e no primeiro caso, sugerindo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a penalidade a ser aplicada.

Art. 64. A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela maioria absoluta de seus membros, decidirá o caso.

§ 1º. Para aplicar a penalidade mais grave, que é a de perda da função pública de Conselheiro Tutelar, faz-se necessária a maioria qualificada de 2/3 (dois terços) de todos os seus membros.

§ 2º. Da decisão que aplicar qualquer medida disciplinar, em 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso ao Prefeito Municipal, de cuja decisão final não caberá qualquer outro recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando- se ao denunciante.

§ 3º. Constatada a prática de crime ou contravenção penal, o fato será ainda informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

Art. 65. Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I - Receber esta penalidade em proœsso administrativo-disciplinar; II - Deixar de residir no município;

III - For condenado por decisão irrecorrível pela prática de crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função.

**Parágrafo único. A** perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Cńança e do Adolescente.

Art. 66. Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá declarar vago o cargo e convocar o respectivo suplente.

### TITULO V

**DAS DISPOSIÇOES** FINAIS E TRANSITÓRIAS



**ESTADO DO** RIO GRANDE DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ-RN

AV. ZEZÉ APRÍGIO, N+ 173 - CENTRO - CEP: 59.350 -000 CNPJ: 08.088.247/0001-13

Tel: t84J 3476-0014

E-IT\ail: h‹III\‹IIJ‹IJL\ük‘FiL)t›.rlJ ‹/ ]lt›ll11fli I.út›MJ

Art. 67. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos desta lei revisará seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 68. O Conselho Tutelar atualizará o seu Regimento Interno, nos termos desta lei, e dará ciência ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de (90) dias.

Art. 69. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Município de Santana do Seridó/RN, 19 de julho de 2022

**PREFEITO MUNICIPAL**



**HUDSON PEREIRA DE BRITO**





ESTADO RIO GRANDE DO NORTE

' fi

**CÂMARA MUNIC&AL DE SANTANA DO SERIDÓ**

Avenida Zezé Aprigio n° 177 — Fone: (084) 3476-0060 - CEP: 59.350.000 CGC l 0.873.446/0001 — 84 - E-mail: ciiisscrido/Jliotinail.corri.br

**PARECER JURÍDICO**

EMENTA: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, REVOGA A LEI 355 DE 25 DE AGOSTO DE 2004 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONSELHO TUTELAR E FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE — FIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ-RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



**Ref.: Projeto de Lei 010/2022**

1. — **RELATÓRIO**

Trata-se o presente parecer acerca de análise de Projeto de Lei r1° 010/2022 que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, revoga a lei 335 de 25 de agosto de 2004 que cria o conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, conselho tutelar e fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente — *ha* no âmbito do município de Santana do Seridó-RN.

O parecer tem como objetivo a análise sobre a legalidade e constitucionalidade do projeto de Lei.

Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa. De qualquer sorte, torna-se de suma importância algumas considerações sobre a possibilidade e compatibilidade sistemática adotada para o processo legislativo no âmbito desta Casa de Leis de Santana do Seridó.

Instruem a proposição, no que interessa: o ofício encaminhando o Projeto de Lei a Casa Legislativa, a minuta do Projeto de Lei ri° 010/2022 e a Justificativa da propositura.

É o relatório.

1. — **DA CONSTITUCIONALIDADE**





ESTADO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ**

Avenida Zezé Aprigio n° 177 — Fone: (084) 3476-0060 - CEP: 59.350.000

CGC 10.873.446/0001 — 84 - E-mail: ocm ss i i o

No procedimento prévio de controle de constitucionalidade estruturado no âmbito da produção legislativa municipal, de modo geral, aprecia-se a legalidade e constitucionalidade do projeto de Lei sobre três aspectos elementares: i) a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela Constituição Federal aos municípios, ii) iniciativa para a proposição prevista pela ordem jurídico- constitucional, iii) a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta à direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

II - **DA COMPETÊNCIA**

Quanto a competência legislativa, é de se reconhecer que a matéria é de interesse local, pois diz respeito à política municipal dos direitos da criança e do adolescente, estando obedecida a regra constante no art. 46, inciso I, da Lei Orgâiuca do Município de Santana do Seridó — RN e estar em consonância com o inciso I do art. 30 da CFJ88.

V — **DO MÉItITO**

Segundo a justificativa apresentada, em decorrência de alterações legislativas em âmbito nacional, o objetivo da presente propositura é melhorar a administração da política municipal de atendimento as crianças do município de Santana do Seridó e ainda, regularizar situações ocorridas no cotidiano do funcionamento de atuação do Conselho Tutelar local, sendo que todas as alterações suscitadas no presente projeto contribuirão para um trabalho mais eficiente, transparente e regularizado no que tange ao sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente do muniÕpio.

A matéria tratada pelo projeto de lei 010/2022 situa-se no âmbito normativo definido pelo inciso I do art. 30 da CF/88, c/c os artigos 131, 132, 133 caput e incisos, e incisos e parágrafo único do art. 134, todos da Lei n° 8.069J90, com redação alterada pela Lei n° 12.696/12, que dispõe que:

Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, nao jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo





ESTADO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

Avenida Zezé Aprígio ri° 177 — Fone: (084) 3476-0060 - CEP: 59.350.000 CGC 10.873.446/0001 — 84 - E-mail: crusserido6z.lioiinail.voni.br

cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mírúmo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Art. 133. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: I - reconhecida idoneidade moral; Il - idade superior a vinte e um anos; HI - residir no município.

Art. 134 — Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a: 1 — cobertura previdenciária; II — gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; IU — licença-maternidade; IV — licença- paternidade; V — gratificação natalina; Parágrafo único: Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

Como se percebe, a presente propositura se limita a cumprir obrigação legitimamente imposta pelo ente federativo de maior amplitude jurídico-constitucional, que tem por objetivo, assegurar direitos constitucionalmente assegurados aos representantes da sociedade civil, eleitos para cumprirem mandato junto ao Conselho Tutelar, no desencargo de relevante função pública, de incalculável interesse social, e que demanda do Município a criação das condições jurídico-legais necessárias para que tais representantes em nosso município possam gozar plenamente tais direitos, além de garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente através da política municipal.

Ademais, o desencargo de tal obrigação pelo Município, servindo-se da competência conferida pelo inciso I, do art. 30, da CF/88, constitui desenvolvimento jurídico-normativo no âmbito local de princípio constitucional de largo expecto, previsto pelo caput do art. 227, da CF/88, segundo o qual:



ESTADO RIO GRANDE DO NORTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ**

Avenida Zezé Aprígio n° 177 — Fone: (084) **3476-0060** - CEP: **59.350.000**

CGC 10.873.446/0001 — 84 - E-mail: c issc i o b

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de coloca- los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Denota-se da minuta do Projeto de Lei 010/2022 que atende criteriosamente às disposições constitucionais e legais vigentes.

**VIII - DA CONCLUSÃO**

Ante o exposto, opina essa Assessoria Jurídica pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do **Projeto de Lei** ri° **010 de 2022,** com a consequente tramitação da propositura nos termos legais do regimento interno.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Santana do Seridó - RN, 30 de Julho de 2022.

MELISSA MORAIS DOS

Assinado de forma digital por MELISSA MORAIS DOS

SANTOS:10242599435 Dados: 2022.0g.01 07:5J:48



SANTOS:1024259943S

-03’00’

**MELISSA MORAIS DOS SANTOS**

ASSESSORA JURÍDICA — OAB/PB 27.045



COMISSAO DE CONSTITUI

JUSTI A E REDA AO FINAL

COMPOSICÃ O:

PRESIDENTE: Vereador Caio Cabral Bezerra RELATOR : Vereador Ivan Dantas de Souza SECRETARIO: Vereador Bruno Augusto Bezerra Jota

MATÉRIA EM APRECIACÃO

## [ x ] PROJETO DE LEI N° 010/2022

[ ] PROJETO DE RESOLUÇÃO N° [ ] PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO NO [ ] EMENDA À LEI ORGANICA N°

## AUTORIA:



f x PODER EXECUTIVO

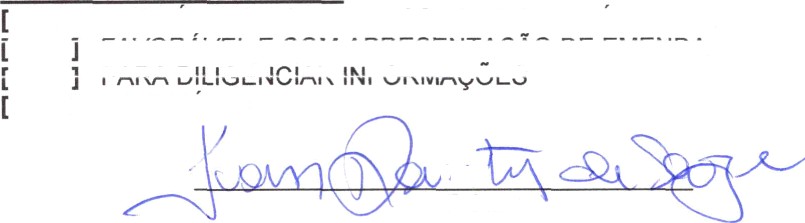
[ ] VEREADOR

## ASSUNTO: DISPÖE SOBRE A POLÎTICA MUNICIPAL DOS

### Û!.°.È!TÜ \*,A,\* .\*\*.!.°.Èj\* .A, \*\* ,A,\*\*ÿ \* ÿ] .\*\*.ü^7Üü.°. .^. ùû! ù!°

?ûù Üû ?? Üû ê.üÛÜTÛ Üû ?ûûé Ëù\*û üü.!ê. Û î?-ÛÜùûùÜÛ MUNICIAPAL DOS DIRETIOS DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE, CONSELHO TUTELAR E FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE - FIA NO ÂMBITO DO MUNICÏPIO DE SANTANA DO SERIDO/RN E DÄ OUTRAS PROVIDËNCIAS.

## PARECER DO RELATOR



] FAVORAVEL E PELA ADMISSIBILIDADE NA INTEGRA

/-\VLJM7-CVI:zL Iz DUM AF’l•ttz1I:zN ÇAL/ Ulz IzlVIIzNUC

j CONT

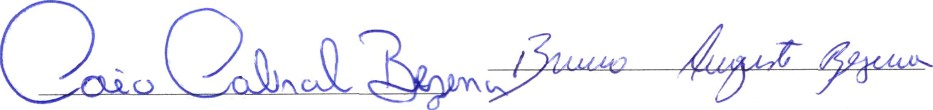
IO

Relator



RELATOR:

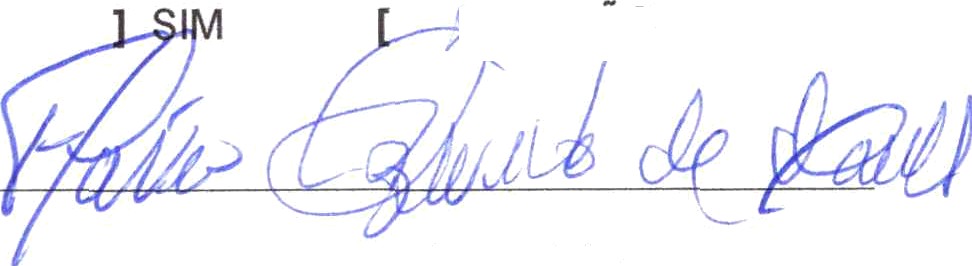
( ] SIM [ ] NÄO - [ ] SIM NÂO



Presidente

Secretùrio

## COM SSÃO DE EDUCA ÃO, CULTURA, DESPORTO, SAÚDE E



° ] NAO

Secretário



COMPOSIÇÃO:

PRESIDENTE: Vereador Ricardo José de Medeiros RELATOR : Vereador José Vicente de Morais SECRETÁRIO: Vereador Flávio Azevedo de Macedo

# MATÉRIA EM APRECIACÃ O:

[ x j PROJETO DE LEI N° 010/2022

# [ ] PROJETO DE RESOLUÇÃO N°

.; ;. r«..Ú.«.T4 o. a.« a. «sü«.T..a. L.».ü..iüiúxTivÚ u"

} tzIVIIzIN U/•\ /-\ LILI LJKL:z/•\INI1/-\ I"4"

## AUTORIA:



ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS



## MUNICIAPAL DOS DIRETIOS DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE, CONSELHO TUTELAR E FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE — FIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER DO RELATOR

[ ] FAVORAVEL E PELA ADMISSIBILIDADE NA ÍNTEGRA [ ] FAVORÁVEL E COM APRESENTAÇÃO DE EMENDA



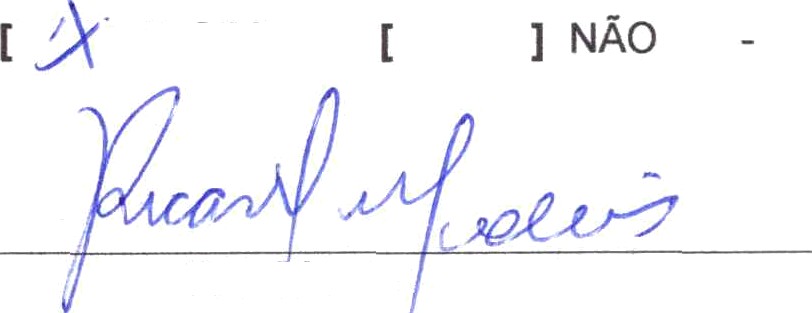
[ ] CONTRÁRIO



Relator







] SIM

Presidente